



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

N.º 292, DE 2021

(Do Sr. Lucas Vergilio)

Susta os efeitos do Portaria GM/SM nº 1.263, de 18 de junho de 2021, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2021.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 2021 (Do Sr. Lucas Vergílio)

Apresentação: 06/07/2021 11:45 - Mesa

PDL n.292/2021

Susta os efeitos do Portaria GM/SM nº 1.263, de 18 de junho de 2021, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2021.

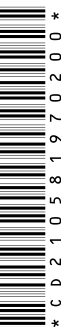
O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustado, nos termos do inciso V do artigo 49 da Constituição Federal, o art. 38 do Capítulo X da Portaria GM/SM nº 1.263, de 18 de junho de 2021, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2021.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucas Vergílio
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210581970200>





JUSTIFICAÇÃO

A proposta submetida à aprovação tem como objetivo sustar o art. 38 do Capítulo X da Portaria GM/SM nº 1.263, de 18 de junho de 2021, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2021.

Esse capítulo trata da transferência de recursos financeiros com finalidade específica de enfrentamento da Covid-19. De acordo com o art. 38, serão disponibilizados do FNS - Fundo Nacional de Saúde - os valores máximos a serem adicionados temporariamente às transferências federais regulares e automáticas do SUS, com a finalidade de financiar despesas decorrentes da emergência internacional em saúde pública causada pelo novo coronavírus. Esses valores máximos serão definidos, considerando 1/12 das transferências realizadas pelo FNS em 2020, para cada ente federativo, excluídas aquelas decorrentes de emendas parlamentares e de créditos extraordinários editados para enfrentamento da COVID-19.

O Congresso Nacional, em especial a CMO, criou uma ação orçamentária de enfrentamento a pandemia (2F01) e emendas individuais e de bancada foram elaboradas para o atendimento desta ação.

Ocorre que o dispositivo questionado está estabelecendo uma limitação, um “teto” aos valores destinados pelos parlamentares para o enfrentamento da Covid-19. A manutenção do texto pode inviabilizar mais de R\$ 600.000,00 (seiscentos milhões de reais) destinados pelos parlamentares para salvar vidas. Merece ponderar também que os recursos nesta ação são exclusivamente de RP 6 e RP 7, que significa que são constitucionalmente impositivos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Não cabe, ainda mais por meio de Portaria, ao Ministério da Saúde criar tal limitação inviabilizando completamente as destinações.

Mudanças, nesse momento, com a imposição desmedida de limitação na destinação dos recursos dos parlamentares, de orçamento impositivo, para a pandemia é, no mínimo, um contrassenso.

Dessa forma, propõe a defesa desse Projeto para a derrubada deste “teto” estabelecido por meio da Portaria nº 1263, de 2021. Dada sua relevância, rogo aos pares o apoio necessário para aprovação desta matéria.

Sala das Sessões, em de de 2021

Dep. Lucas Vergílio
Solidariedade/GO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucas Vergílio
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210581970200>

